

CAPÍTULO 1

A SECULAR HISTÓRIA DO ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A INTERFACE JURÍDICA27

- 1 A visão menorista da Colônia ao Estado republicano 27
- 2 As medidas judiciais menoristas do século XX 45
- 3 A difícil transição paradigmática da política menorista. 58
- 4 O direito fundamental à convivência familiar e comunitária no plano constitucional. 75
- 5 A proteção procedimental do direito fundamental à convivência familiar e comunitária 91

CAPÍTULO 2

A PROTEÇÃO ESTATUTÁRIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. 101

- 1 Problemas causados pelo excessivo abrigamento 102
- 2 O triplo sistema de garantias estatutárias 112

3	Aspectos formais e principais objetivos da Lei n. 12.010/09.	125
4	O conceito de autoridade competente	144
5	Os princípios jurídicos aplicáveis nas relações jurídicas infantojuvenis	156
5.1	Sujeito de direitos	163
5.2	Proteção integral e prioritária	166
5.3	Responsabilidade primária e solidária do Poder Público . .	169
5.4	Interesse superior da criança e do adolescente	171
5.5	Privacidade, obrigatoriedade da informação e oitiva obrigatória	173
5.6	Intervenção estatal precoce e mínima	174
5.7	Responsabilidade parental e preferência familiar.	176
5.8	Princípio da proporcionalidade na proteção dos direitos infantojuvenis	178
6	Medidas de proteção aplicadas às crianças e adolescentes, bem como aos seus pais e representantes legais.	180
6.1	Medida de encaminhamento aos pais ou responsáveis.	184
6.2	Acompanhamento, orientação e apoio temporário familiar	187
6.3	Matrícula escolar.	189
6.4	Inclusão em programa de apoio oficial ou comunitário . . .	191
6.5	Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, bem como inclusão em programas oficiais e comunitários relativos às drogas	192
6.6	A colocação de crianças e adolescentes em família substituta	195
6.6.1	Principais aspectos das ações de guarda	202
6.6.2	Principais aspectos das ações de tutela	209

7	Aspectos essenciais das ações de adoção	211
7.1	Da inscrição no cadastro nacional de adotantes.	217
7.2	Dos grupos e/ou instituições de apoio à adoção	220
 CAPÍTULO 3		
EXECUÇÃO DA MEDIDA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL227		
1	A natureza jurídica da medida de acolhimento familiar	227
2	Características da medida de acolhimento institucional.	236
3	Política municipal focada na redução do acolhimento institucional.	241
4	Ações judiciais relativas à proteção dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, antes do acolhimento institucional.	248
4.1	Ações civis paralelas ao acolhimento institucional.	253
4.2	Ações criminais específicas	260
5	A entrada no sistema e a Guia de Acolhimento	264
5.1	A responsabilidade da direção	273
5.2	Os espaços físicos e estruturais	276
5.3	As equipes técnicas	278
5.4	As regras internas das instituições	280
5.5	Regras mínimas para a elaboração do PIA	282
6	A continuidade da política municipal de proteção dos egressos .	289

CONCLUSÃO	291
RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NO MINISTÉRIO PÚBLICO: A REDUÇÃO GRADATIVA DO NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DOS ABRIGOS DA COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG	295
I O retorno à justiça da infância e juventude	295
II A redução do número de crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento de Uberlândia-MG	300
III Conclusão	306
BIBLIOGRAFIA.....	309